

JORNAL DO JUDICIÁRIO

Informativo do Poder Judiciário do Ceará | abr/mai/jun de 2017

TJCE julga mais de 9 mil processos em 4 meses

A estatística é referente aos julgamentos colegiados das dez Câmaras (três de Direito Público, três Criminais e quatro de Direito Privado) e do Órgão Especial. As sessões ocorreram entre 20 de janeiro e 31 de maio de 2017

Págs. 6 e 7

Gestão do Tribunal apresenta avanços no atendimento à demanda

Administração que tem à frente os desembargadores Gladyson Pontes, Washington Araújo e Darival Beserra completa quatro meses. O esforço é voltado à modernização e à ampliação da capacidade de trabalho

Págs. 2 e 3

Corregedoria garante emissão do CPF para crianças

Projeto permite que o número do documento seja emitido junto à Certidão de Nascimento. A medida garante o direito antes mesmo de a criança e a mãe receberem alta da maternidade

Pág. 11

Desembargadora Nailde Pinheiro preside o TRE/CE

A magistrada ficará no cargo até junho de 2019. Ela administrará ao lado do desembargador Haroldo Máximo, vice-presidente e corregedor regional eleitoral

Pág. 4



EXPEDIENTE

O Jornal do Judiciário é uma produção da Assessoria de Comunicação Social

Chefe da Assessoria
CARMEN INÊS MATOS WALRAVEN

Editor
FRANCISCO JOSÉ

Redatores
LUCIBERTO FORTE, EDSON GOMES,
KARINE WANESSA, ULYSSES SOUSA,
CRISLEY CAVALCANTE, REBECA
NOLÊTO, EMANUELLY NÉRI E
CAMILA CARNEIRO

Diagramadores/fotógrafos
CALVIN PENNA E RANNJON MIKAEL

Impresso na área gráfica da
Coordenadoria de Apoio Operacional
do TJCE

Coordenador
RÔMULO CIDRÃO
Tiragem
1.000 EXEMPLARES

Esta edição também é disponibilizada
em formato digital no site
www.tjce.jus.br, seção Imprensa

Conecte-se:

-  www.tjce.jus.br
-  facebook.com/tjceoficial
-  [@tjcenoticias](https://twitter.com/tjcenoticias)
-  [@tjceoficial](https://www.instagram.com/tjceoficial)
-  [/tjceimprensa](https://www.youtube.com/tjceimprensa)

Judiciário adota medidas de modernização

Atual Gestão completa os primeiros 120 dias com ações efetivas de reestruturação e racionalização das atividades. Destaque para o aumento da força de trabalho nas Varas e nos Juizados (1º Grau) para maior celeridade processual



Linha do tempo/Principais ações

02/02	Reestruturação dos setores do Tribunal para maior racionalidade dos serviços, com a criação das Superintendências das Áreas Judiciária e Administrativa e de outras unidades, sem aumento de despesas.
03/02	Aprovação de Emenda Regimental sobre o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), que cuida de processos de repercussão geral e repetitivos.
24/02	Criação do Grupo de Trabalho para fazer estudo técnico sobre a reestruturação da organização judiciária do Ceará.
06/04	Aprovação da resolução sobre o cadastro de peritos, intérpretes ou tradutores e criação de sistema para seleção e gerenciamento dos profissionais.
06/04	Resolução sobre a remuneração de conciliadores e mediadores que atuam nos processos de pessoas beneficiárias da gratuidade judiciária (pobres).
17/04	Instituição da Comissão de Diálogo Permanente com as entidades sindicais representativas dos servidores.
02/05	Realização obrigatória das audiências de custódia em todo o Interior do Ceará, a partir de 22 de maio de 2017, como ocorre em Fortaleza desde agosto de 2015.
05/05	Regulamentação dos procedimentos para a realização de leilão eletrônico.
06/05	Entrada em vigor da lei da reestruturação dos cargos comissionados que permitiu aumentar a capacidade de trabalho nas Varas e Juizados.
10/05	Designação de magistrados para o Núcleo Permanente de Juizes da Área Criminal de Fortaleza.
12/05	Reunião com a presidente do CNJ, ministra Cármen Lúcia, sobre a instalação de unidade socioeducativa feminina.
12/05	Realização de leilão com 3.852 bens inservíveis ou em desuso. A iniciativa arrecadou R\$ 126.550,00 aos cofres do Tribunal.

Após quatro meses do início da atual Administração do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), a Gestão que tem à frente o desembargador Gladysson Pontes já apresenta medidas práticas para a modernização do Judiciário cearense. Outra área que recebe maior atenção é a intensificação de ações para julgar os processos com a maior brevidade possível, principalmente os casos criminais envolvendo presos provisórios.

A linha de atuação é aberta ao diálogo com os demais Poderes, instituições, sociedade, desembargadores, juízes e servidores. Para isso, foram criadas duas Assessorias de Articulação (uma interna e outra externa), além de comissão de diálogo com entidades sindicais representativas dos profissionais efetivos do Judiciário.

Na área de tecnologia, está em andamento o procedimento licitatório para adquirir os equipamentos necessários à instalação do projeto de videoconferência em audiências criminais. O sistema, que será instalado em Fortaleza e comarcas da Região Metropolitana, permite a realização das sessões com o juiz no fórum e com o preso no estabelecimento carcerário, sem necessidade de deslocamentos, trazendo mais se-

gurança e agilidade com redução dos gastos e de riscos com escoltas.

Os valores relativos à compra do material necessário serão de responsabilidade do TJCE. O programa tem a parceria da Secretaria da Justiça e Cidadania (Sejus), do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado.

As mesmas instituições fazem esforço conjunto para analisar as ações criminais de presos provisórios, preocupação nacional do Judiciário. Para viabilizar, a Presidência do Tribunal designou seis magistrados para o Núcleo Permanente de Juízes da Área Criminal de Fortaleza, a exemplo da equipe que atua no Interior. O objetivo é entregar o réu à Sejus com a pena total dos crimes pelos quais responde. Isso facilita o estudo para a melhor forma dos programas de ressocialização.

Iniciativa semelhante é o Movimento de Apoio ao Sistema Prisional (Masp), idealizado pela Justiça estadual para julgar pessoas com vários processos em tramitação. No primeiro momento, a finalidade é concluir os casos de réus com seis ou mais autos em andamento na Comarca da Capital.

Os Juízos de todas as 184 Comarcas cearenses dispõem, desde

8 de maio de 2017, de dois servidores comissionados: supervisor e assistente. Antes, contavam com apenas um: diretor de Secretaria. A mudança foi possível com a lei que transfere recursos do TJCE (2º Grau) para o 1º Grau (Varas, Juizados e Turmas Recursais). A reestruturação dos cargos comissionados possibilitou criar 398 vagas, sem majorar gastos, aumentando a capacidade de trabalho. Isso foi possível com a realocação de recursos para priorizar a 1ª Instância, que concentra a maior demanda processual, conforme estudos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A atual Gestão é formada também pelos desembargadores Washington Luis Bezerra de Araújo, vice-presidente, e Francisco Darival Beserra Primo, corregedor-geral da Justiça. Eles tomaram posse em 31 de janeiro de 2017 e permanecem nos cargos até janeiro de 2019, cumprindo dois anos de mandato.

TRE tem nova administração

Desembargadora Nailde Pinheiro assume o comando da Justiça Eleitoral no Ceará. O vice e corregedor é o desembargador Haroldo Máximo



A magistrada disse acreditar que as eleições de 2018 serão intensas diante do quadro político nacional

A desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, sexta mulher a presidir o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE/CE), tomou posse em 5 de junho. Durante o próximo biênio (2017/2019), a magistrada terá a companhia do desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo, vice-presidente e corregedor regional eleitoral.

A solenidade ocorreu no Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). A magistrada, que substitui o desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes, considera que o processo eleitoral de 2018 será intenso, “em virtude do quadro político nacional, bem como a iminência da reforma política em discussão no Congresso Nacional, com reflexos já nas eleições gerais vindouras”.

Sobre o sistema biométrico, a previsão é de que esteja “100% implementado em 131 dos 184 municípios do Estado até as eleições de 2018. As demais cidades, o que inclui a Capital, utilizarão, nas próximas eleições, sistema de votação mista com urnas de tecnologia biométrica”, afirmou.

Nova sede

A construção da nova sede do Tribunal Eleitoral, que envolve recursos de R\$ 49,9 milhões, teve a primeira fase concluída em 2016. A licitação para a segunda etapa já foi finalizada. “A inauguração dependerá de fatores orçamentários e de aspectos ligados ao progresso físico da construção”, ressalta a desembargadora.

Sobre o quadro de pessoal, ela informou que “o TRE solicitou a inclusão de dotação orçamentária especial para a realização de concurso público, sendo que o período e a quantidade de vagas dependerão da análise dos setores competentes”.

Cadastro eleitoral

O desembargador Haroldo Máximo destaca que a Corregedoria trabalhará no avanço da biometria no Ceará. Também vai assegurar a integridade dos dados do cadastro eleitoral.

Outro ponto de atuação será a coordenação do remanejamento

de zonas eleitorais, obedecendo aos prazos previstos pelo Tribunal Superior Eleitoral, para garantir melhor distribuição do eleitorado e racionalização dos serviços, “sem olvidar a excelência no atendimento ao eleitor e a respectiva prestação jurisdicional”.

Trabalhará ainda para a maior celeridade processual e na coordenação do Projeto Propaganda Eleitoral, além de promover reuniões com juízes sobre as eleições de 2018.



Corregedor regional eleitoral

Vice-Presidência movimentada mais de 5 mil processos

Entre 2 de fevereiro e 7 de junho deste ano, 5.379 recursos saíram do fluxo de trabalho. Os casos envolvem admissibilidade a Tribunais Superiores

Em quatro meses de trabalho, a Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) deu andamento a 5.379 processos envolvendo admissibilidade de recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF) e/ou ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Por matéria, houve a baixa do passivo de ações criminais (928 processos) e foram decididas 4.451 ações cíveis.

De acordo com o vice-presidente do TJCE, desembargador Washington Luis Bezerra de Araújo, que assumiu o cargo em 31 de janeiro, a preocupação foi dar maior celeridade ao andamento processual, principalmente da área penal. “Para isso, os processos que estavam em estoque, mais de oito mil, foram separados em dez filas, referentes a um período de tempo, no caso semestres. Houve a prioridade para as ações criminais. A maior agilidade é importante porque

evita a prescrição, inclusive de crimes graves”, reforça.

Ainda segundo o magistrado, existe atenção também para os casos novos, evitando acúmulo processual. A Vice-Presidência tem o maior fluxo de ações entre todos os órgãos julgadores do Tribunal. “Em média, recebemos cerca de 500 novos autos todo mês. Os nossos esforços são no sentido de zerar o estoque e evitar que aumente o número de casos novos. O objetivo é, em um futuro próximo, manter a fila em dia e trabalhar com os casos do mês.”

O Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep) é outra responsabilidade da Vice-Presidência. Já devidamente instalado, desenvolve, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação, ferramenta que permite o adequado controle das demandas repetitivas e o respectivo site. Este último, es-

tará disponível em breve e servirá como instrumento de permanente divulgação, tanto dos precedentes de tribunais superiores, quanto do próprio TJCE.

Compete ainda à Vice-Presidência, que tem como juízes auxiliares Alexandre Santos Bezerra Sá e Emílio de Medeiros Viana, a responsabilidade pelo setor de Distribuição do Tribunal.



Des. Washington Araújo

Esmec oferta curso sobre Justiça Juvenil

O objetivo é dar enfoque restaurativo aos casos envolvendo adolescentes

Magistrados, promotores de Justiça, defensores públicos, advogados, servidores do Judiciário cearense e profissionais das equipes multidisciplinares terão a oportunidade de participar do curso introdutório de Justiça Juvenil Restaurativa (aplicada aos casos envolvendo adolescentes em conflito com a lei). A capacitação será nos dias 22, 23 e 30 de junho deste ano, de responsabilidade da Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec).

De acordo com o coordenador-geral da Escola, juiz Ângelo Vettorazzi, “O curso se propõe a discutir a Justiça Juvenil sob uma ótica para além da sanção, focada na responsabilização do adolescente, mas com a participação da vítima, das famílias afetadas, representantes da comunidade e de facilitadores restaurativos. Trata a violência sob os aspectos comunitários, institucionais e sociais.

Espera-se com a formação, soma de conhecimento e práticas restaurativas, contribuir para a humanização dos profissionais e dos procedimentos, e potencialize o desenvolvimento de novas habilidades para lidar com esse tema, que tem sido tão caro à sociedade brasileira”.

A facilitadora será Carolina Oliveira, assessora técnica da organização Terre des hommes Brasil (Tdh Brasil), que atua nessa área. Com 30 h/a, está credenciado junto à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

Segundo a Tdh Brasil, a Justiça Juvenil Restaurativa é um modelo centrado na restabelecimento dos vínculos individuais, sociais e comunitários de pessoas afetadas por conflito, dano ou ato infracional, por meio de práticas que buscam o diálogo como ferramenta de superação dos problemas.

Mais de 9 mil julgamentos em 4 meses

Índice de produtividade dos desembargadores do TJCE aumenta em 24% no período de janeiro a maio de 2017, na comparação com o mesmo período do ano passado

O Órgão Especial e as dez Câmaras (três de Direito Público, três Criminais e quatro de Direito Público) do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) julgaram 9.376 processos no período entre 20 de janeiro (início das atividades, após o recesso forense) e 31 de maio de 2017. Os dados representam aumento de 24,07% em relação ao mesmo intervalo do ano passado, quando foram registradas 7.557 ações. Os números foram fornecidos pelas secretarias dos respectivos colegiados.

Atualmente, o TJCE funciona com 38 desembargadores e cinco juízes convocados, totalizando 43 julgadores. Na área cível são analisados, principalmente, apelações, embargos de declaração e agravos (de instrumento e regimental/interno). Já na esfera penal, os casos mais frequentes são habeas corpus, apelações criminais e recursos em sentido estrito (ação contra sentença de pronúncia, que é a decisão que submete réu a júri popular).

Os três desembargadores que exercem as funções de presidente do Tribunal, vice e corregedor-geral da Justiça não integram as Câmaras. Eles fazem parte do Pleno (sessões em casos específicos, com 43 desembargadores e/ou juízes convocados) e do Órgão Especial (reuniões às quintas-feiras, a partir das 13h30, formado por 19 integrantes, apenas desembargadores).

ÓRGÃO ESPECIAL
208

3ª Câmara de Direito Público

Antônio Abelardo Benevides Moraes – presidente
Maria Iracema Martins do Vale
Francisco de Assis Filgueira Mendes
Inácio de Alencar Cortez Neto
(Reuniões às segundas-feiras, a partir das 13h30)

2ª Câmara de Direito Público

Maria Nailde Pinheiro Nogueira – presidente
Maria Iraneide Moura Silva
Luiz Evaldo Gonçalves Leite
Tereze Neumann Duarte Chaves
(Reuniões às quartas-feiras, a partir das 13h30)

1ª Câmara Criminal

Maria Edna Martins – presidente
Mário Parente Teófilo Neto
Lígia Andrade de Alencar Magalhães
Juiz convocado Francisco Carneiro Lima
(Reuniões às terças-feiras, a partir das 13h30)

2ª Câmara Criminal

Haroldo Correia de Oliveira Máximo – presidente
Francisca Adelineide Viana
Francisco Martônio Pontes de Vasconcelos
Juíza convocada Maria do Livramento Alves Magalhães
(Reuniões às quartas-feiras, a partir das 13h30)

3ª Câmara Criminal

Francisco Lincoln Araújo e Silva – presidente
Raimundo Nonato Silva Santos
José Tarcílio Sousa da Silva
Juiz convocado Antônio Pádua Silva
(Reuniões às terças-feiras, a partir das 8h30)

1ª Câmara de Direito Privado

Vera Lúcia Correia Lima – presidente
Emanuel Leite Albuquerque
Heráclito Vieira de Sousa Neto
Juíza convocada Rosilene Ferreira Tabosa Facundo
(Reuniões às quartas-feiras, a partir das 13h30)

2ª Câmara de Direito Privado

Carlos Alberto Mendes Forte – presidente
Teodoro Silva Santos
Francisco Gomes de Moura
Maria de Fátima de Melo Loureiro
(Reuniões às quartas-feiras, a partir das 8h30)

1ª Câmara de Direito Público

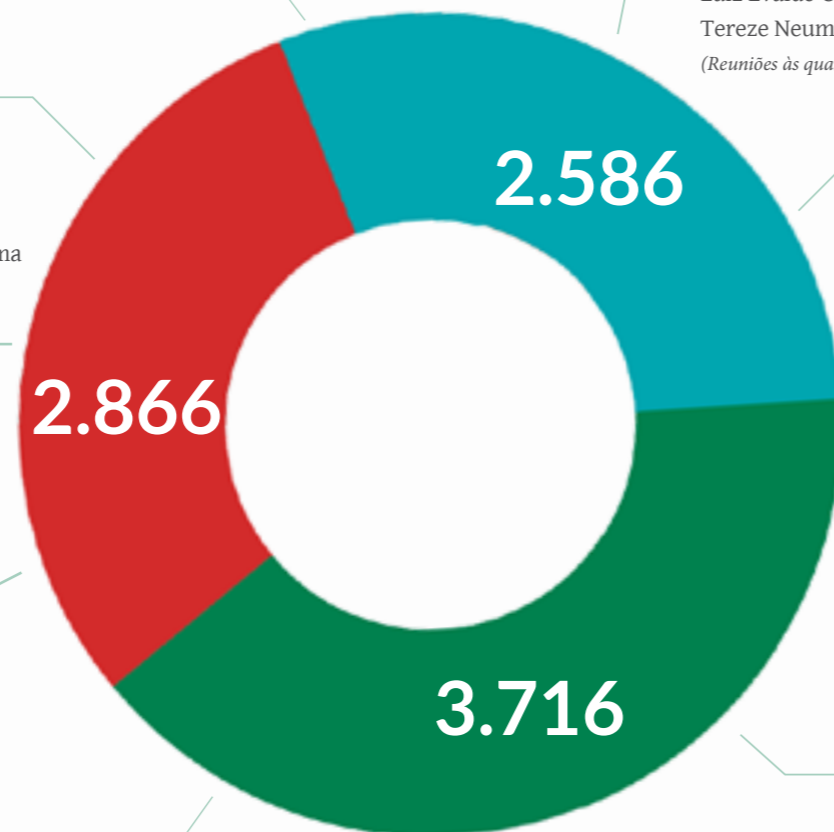
Fernando Luiz Ximenes Rocha – presidente
Paulo Francisco Banhos Ponte
Lisete de Sousa Gadelha
Paulo Airtton Albuquerque Filho
(Reuniões às segundas-feiras, a partir das 13h30)

4ª Câmara de Direito Privado

Durval Aires Filho – presidente
Francisco Bezerra Cavalcante
Maria Gladys Lima Vieira
Helena Lúcia Soares
(Reuniões às terças-feiras, a partir das 8h30)

3ª Câmara de Direito Privado

Jucid Peixoto do Amaral – presidente
Maria Vilauba Fausto Lopes
Lira Ramos de Oliveira
Juíza convocada Marlúcia de Araújo Bezerra
(Reuniões às quartas-feiras, a partir das 8h30)



Judiciário ouvirá demandas da população de Quixadá

A Ouvidoria do Judiciário do Ceará estará, no dia 20 de junho deste ano, na Comarca de Quixadá (Sertão Central do Estado) para realizar audiência pública com a participação da comunidade local e dos municípios vizinhos. A ouvidora, desembargadora Maria Iraneide Moura Silva, receberá as demandas e debaterá com outras autoridades a participação da sociedade na administração da Justiça. O evento ocorrerá das 9h às 12h, no auditório da Câmara de Dirigentes Lojistas de Quixadá.



Semana da Adoção conscientiza a sociedade

A Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional (Cejai) promoveu campanha para sensibilizar a sociedade sobre a importância da adoção e do Programa de Apadrinhamento do Judiciário do Ceará. Houve ações no Tribunal de Justiça, no Fórum Clóvis Beviláqua e no Shopping Iguatemi, com depoimentos de casais, exibição de vídeos, presença dos serviços oferecidos pelas instituições que atuam na área e realização do II Seminário da Infância e da Juventude. A iniciativa ocorreu de 19 a 26 de maio deste ano, em comemoração pelo Dia da Adoção (25 de maio). A Cejai do Ceará é presidida pela desembargadora Maria Vilauba Fausto Lopes.



Tribunal garante mais segurança e conforto em fóruns

Adaptações de prédios para funcionamento das unidades da Justiça no Interior do Ceará estão em conclusão. Construções e reformas também estão previstas para melhor atendimento da população

Iniciadas em março deste ano, as reformas de prédios no Interior do Estado avançaram nos últimos meses. Além de reparos em imóveis e construções de novos fóruns, residências oficiais de magistrados estão sendo adaptadas para o funcionamento de unidades judiciárias. É o caso das Comarcas de Independência e Santa Quitéria.

Com investimento de R\$ 99 mil, o Fórum de Independência deve ser entregue na primeira semana de julho. O de Santa Quitéria, orçado em R\$ 245 mil, tem previsão para começar a funcionar em agosto de 2017. Até então, os serviços judiciais são disponibilizados em prédios conjugados a agências bancárias.

Essa mudança está em conformidade com pedido do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que solicitou ao Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) a retirada das unidades dos locais onde também ficam estabelecimentos bancários, por questões de segurança. A medida também faz parte do Plano Estratégico do Judiciário cearense.

Segundo o secretário de Administração e Infraestrutura do TJCE, Moisés Costa, as reformas proporcionam mais do que segurança. “Algumas são por essa questão, mas também existem as necessidades estruturais, além de maior comodidade e ambientação para melhor prestação jurisdicional.”



Maquete de como ficarão os Fóruns de Russas e Itapajé

Novos fóruns

As Comarcas de Itapajé e Russas terão novos fóruns. De acordo com Moisés Costa, os processos licitatórios para construção já foram iniciados. As duas unidades também estão, até o momento, localizadas em edifícios junto a bancos.

As obras devem ser concluídas em julho e agosto de 2018, respectivamente. O investimento total é estimado em R\$ 9,5 milhões.

Já o Fórum de Iracema, segundo Carlos Riccieri, diretor do Departamento de Engenharia, será transferido para o antigo Centro da cidade, cedido pelo Governo do Estado ao TJCE. O processo de licitação da reforma também já teve início, com previsão de entrega para janeiro de 2018 e orçamento de R\$ 682 mil.

Reparos

Alguns prédios também passam ou passarão por reparos. Em Itaitinga, haverá ampliações e adaptações, com o objetivo de reforçar a segurança. As obras iniciaram no mês de junho, com previsão de término em setembro. O custo é de R\$ 223,8 mil.

Em maio, as intervenções foram iniciadas em Aracoiaba, incluindo reconstrução de pisos e paredes, com valor orçado em R\$ 518,5 mil. A conclusão está prevista para setembro.

Além disso, prédios de outras comarcas passarão por pequenas obras, como é o caso de Quixadá, Sobral, Juazeiro do Norte, Saboeiro e Iguatu. Entre as principais ações estão elevação de muros e instalação de cercas elétricas, como ocorreu, em abril deste ano, no Fórum de Aracati, ao valor de R\$ 33,7 mil.

Parcerias ampliam canais de comunicação

TJCE mantém convênios com Câmara, Assembleia e Fundação Demócrito Rocha



O “Judiciário em Evidência”, no ar desde dezembro de 2012, tem se consolidado como importante canal de divulgação das ações do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). O audiovisual, que surgiu dentro do objetivo institucional “informar para conscientizar”, já é veiculado na TV Fortaleza, TV Assembleia e TV O Povo.

Os acordos foram firmados com a Câmara Municipal de Fortaleza, Assembleia Legislativa e Fundação Demócrito Rocha. Dentro do esforço para ampliar a comunicação com a sociedade, está em andamento parceria com a Fundação de Teleducação do Estado para inclusão do programa na grade de programação da TV Ceará (TVC).

A Assessoria de Comunicação Social do TJCE está trabalhando na renovação do formato, da trilha sonora e do padrão visual do “Judiciário em Evidência”, que está perto de completar 200 edições. As mudanças incluem a inserção de novos quadros com o envolvimento da comunidade, como o “Direito do Consumidor”, que traz especialistas para responderem dúvidas da população.

Outra seção mostrará as habilidades artísticas, desportivas e hobbies dos servidores, praticados durante o horário livre. Além de promover a valorização dos funcionários, o “Talentos da Gente” terá cunho educativo, mostrando a importância das artes e do esporte na vida de todos.

Redes sociais

O esforço para divulgar as ações da Justiça estadual tem gerado bons resultados, que podem ser verificados no aumento da visualização de vídeos nas redes sociais. Reportagens e entrevistas do “Judiciário em Evidência”, com maior repercussão, estão sendo adaptadas e incluídas nas mídias sociais Facebook (/tjceoficial) e Instagram (@tjceoficial). Do início da atual Gestão do Tribunal, em 31 janeiro, até 5 de junho deste ano, foram incluídos 27 vídeos, que alcançaram 25.289 visualizações. Os internautas também podem conferir todas as edições do programa no YouTube (/tjceimprensa) e no site do TJCE (www.tjce.jus.br).

“Papel da Casa” é entregue para famílias de baixa renda

O desembargador Paulo Airton Albuquerque Filho representou o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) na entrega da escritura de imóvel para mais de 1.400 famílias da Capital. O evento ocorreu no dia 27 de maio de 2017, em Fortaleza, com a participação do governador Camilo Santana. Com o documento, a pessoa pode converter o título de posse em propriedade. A parceria entre Governo, Prefeitura e TJCE existe desde 2013, beneficiando mais de 4.700 famílias que financiaram imóveis construídos pela Companhia de Habitação do Ceará. O programa “Papel da Casa” permite isenção e descontos em impostos e taxas, como as cartorárias que têm abatimento de 70%.



Presidente do TJCE recebe homenagem da PM

A Medalha Grande Mérito da Polícia Militar foi concedida ao desembargador Gladysson Pontes, presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), no dia 24 de maio deste ano, pela contribuição com a segurança pública do Estado. A honraria, do Comando Geral, fez parte das comemorações pelos 182 anos da PM. Além da Comenda, ocorreu a entrega da Medalha José Martiniano de Alencar para 182 personalidades e do Mérito Policial Militar a 50 integrantes da corporação.



Mutirão dos Juizados

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do Tribunal de Justiça obteve 101 acordos no I Mutirão dos Juizados Especiais. As conciliações ocorreram de 31 de maio a 2 de junho deste ano, no Fórum das Turmas Recursais. A iniciativa contemplou ações envolvendo operadora de TV por assinatura, plano de saúde e construtora. O valor totalizou cerca de R\$ 235 mil. O Nupemec é supervisionado pela desembargadora Tereze Neumann Duarte Chaves.

Dia do Meio Ambiente



A Assistência Militar do Tribunal, com apoio do Núcleo Socioambiental do Judiciário cearense, distribuiu 150 mudas de plantas para comemorar o Dia do Meio Ambiente (5 de junho). A parceria com o Governo do Ceará permitiu a entrega de mudas de ipê roxo, ingá, boldo, mamão havaí, palmeira e flamboyant rosa, do Parque Botânico de Caucaia. Participou da entrega o desembargador Emanuel Leite Albuquerque, que está à frente do Núcleo Socioambiental.

Curso para servidores

O Tribunal de Justiça iniciou, em 12 de junho, o Curso de Desenvolvimento para Assessores, Assistentes e Supervisores da Área Judiciária (que atuam nos gabinetes dos desembargadores, nas varas e nos juizados). A capacitação, de responsabilidade da Secretaria de Gestão de Pessoas, terminará dia 30 de julho. Os profissionais contemplados atuam em cargos comissionados criados com a lei da reestruturação do Tribunal, que entrou em vigor no mês de maio de 2017. A norma aumentou o número de vagas sem majorar as despesas do Judiciário.

TJCE atualiza Plano Estratégico

As mudanças trazem novos indicadores e projetos prioritários do Judiciário cearense no biênio 2017/2019

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) promoveu a revisão do Plano Estratégico 2015/2020 do Judiciário estadual. As mudanças incluem metas de programas e projetos classificados como prioritários pela atual Gestão do TJCE.

Com a atualização, foram criados nove indicadores e extintos seis, alterando a quantidade de 34 para 37. Além disso, 15 sofreram ajustes, como mudanças na forma de medição, alteração do gestor, descrições e metas. Isso ocorreu diante da necessidade de aprimorar a mensuração de processos estratégicos.

Entre as novidades está o “Plano de Obras, Reformas e Modernizações”. De responsabilidade da Secretaria de Administração e Infraestrutura do Tribunal, o indicador acompanha o percentual de execução de reformas, construções, aquisições de mobiliário e modernizações. O objetivo é garantir a infraestrutura adequada para magistrados, servidores e usuários.

Outro item que a versão atualizada traz é o “Índice de Incremento das Audiências de Mediação e Conciliação nos Cejuscs [Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania]”. A ação permitirá medir a quantidade de sessões. O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos é o responsável, que ajudará no aprimoramento.



Desembargadores durante a sessão que aprovou as alterações no Plano

Segundo o secretário de Planejamento e Gestão do TJCE, Sérgio Mendes, “a revisão do Plano Estratégico permite que, a cada nova gestão, haja alinhamento estratégico dos projetos e iniciativas priorizadas para o biênio, bem como aprimoramento das metas e indicadores. Essa revisão bianual é um importante momento para o fortalecimento da Gestão Estratégica, concretizando-se em melhorias efetivas para o próprio Plano e, por conseguinte, para o desempenho da instituição.”

Prioridades

A revisão também trouxe a relação de projetos classificados como prioritários pela Presidência do TJCE, que serão empreendidos durante a administração 2017/2019. As iniciativas contemplam a implementação do Sistema de Automação da Justiça (SAJ) nas comarcas do Interior; a estruturação física, tecnológica e pessoal dos Cejuscs; e a implantação da videoconferência, que dará maior agilidade e segurança às audiências criminais, além de economia ao Judiciário.

As mudanças no Plano foram aprovadas pelo Órgão Especial do Tribunal durante a sessão de 18 de maio deste ano. O documento consta no Diário da Justiça do dia seguinte.

Emissão do CPF passa a ser obrigatória nas maternidades

O número do Cadastro de Pessoas Físicas deve ser fornecido às crianças logo após o parto, a exemplo do que já ocorre com a Certidão de Nascimento



Corregedor Darival Beserra (à direita) e juiz Gúcio Coelho destacam o benefício social da medida

A Corregedoria-Geral da Justiça do Ceará garantiu a emissão gratuita do número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), junto à Certidão de Nascimento, antes mesmo que os recém-nascidos saiam das maternidades. A determinação, do dia 2 de junho deste ano, vale para os 160 cartórios de Registro Civil do Estado.

Até então, 121 cartórios já estavam aptos a realizar o procedimento. A gratuidade beneficia, principalmente, a população de baixa renda, dispensando a necessidade de procurar postos conveniados à Receita Federal e o pagamento da taxa de R\$ 7,00. “O serviço é muito importante porque vai desburocratizar a emissão do CPF e o cidadão não precisará mais gastar tempo para dar entrada no pedido. Também propiciará o alcance do benefício social aos mais desfavorecidos, bem como à patente forma de inclusão”, destaca o corregedor-geral, desembargador Francisco Darival Beserra Primo.

O juiz auxiliar da Corregedoria, Gúcio Coelho, explica que a medida leva direitos e facilidades aos recém-nascidos, previne problemas causados por homônimos (pessoas com nomes e sobrenomes iguais) e garante acesso a vários serviços. “O CPF é um documento obrigatório que identifica o cidadão junto à Receita Federal. Ele permite que diversos programas sociais sejam concedidos, como

o Bolsa-Família. Outros serviços também só podem ser realizados a partir do número do CPF, como declaração de Imposto de Renda, contratos bancários e acesso a plano de saúde, entre outros”, afirmou o magistrado.

Procedimento

Para os cartórios de Registro Civil do Ceará estarem aptos a emitir o CPF junto à Certidão de Nascimento, devem aderir à assinatura eletrônica, por meio da Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Pode ser acessada em sistema.registrocivil.org.br.



II Semana do Júri ocorre de 26 a 30 de junho

A finalidade é intensificar o julgamento de crimes contra a vida

A II Semana Estadual do Júri será promovida de 26 a 30 de junho deste ano, com o objetivo de julgar processos envolvendo crimes dolosos (com intenção) contra a vida. A ação do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) se relaciona com meta da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp).

À frente do trabalho, no âmbito do Judiciário cearense, está a desembargadora Francisca Adelineide Viana. Na primeira edição, realizada em setembro de 2015, ocorreram 98 julgamentos. Desse total, 19 foram em

Fortaleza e 79 no Interior, com a participação de 34 comarcas do Ceará. Cerca de 580 estudantes de Direito se inscreveram para assistir aos julgamentos.

Júri

O Tribunal Popular do Júri é formado pelo juiz (presidente da sessão), pela defesa (advogado ou defensor público) e acusação (promotor de Justiça e advogado para auxiliar, conforme decisão da família da vítima). Os sete jurados (pessoas da comunidade) formam o Conselho de Sentença, que decide se o réu é culpado

ou inocente. O magistrado fica responsável pela fixação da pena. Entre os crimes julgados estão homicídios, infanticídios, participação em suicídios e abortos (tentados ou consumados) e os delitos conexos.



SUGESTÃO CULTURAL

Rômulo Cidrão
Coordenador de Apoio
Operacional - TJCE



FILME

Mar Adentro

É um drama espanhol que retrata a luta do protagonista Ramón Sampedro, interpretado pelo ator Javier Bardem. O ex-marinheiro, após ficar tetraplégico por causa de acidente de mergulho, quer obter o direito de definir o fim da vida dele, por meio da eutanásia. Para Rômulo, o enredo faz o espectador refletir “sobre o direito de escolha que cada pessoa poderia ter sobre sua vida. Também questiona o limite entre viver por vontade própria ou abdicar de tal direito”.

Diego Xavier
Coordenador de Gestão por
Processo de Trabalho - TJCE



SÉRIE

O Conto da Aia (The Handmaid's Tale)

Baseada no livro homônimo de 1985 da escritora canadense Margaret Atwood, “O Conto da Aia” se passa em um futuro distópico, onde uma mulher é forçada a viver como concubina em uma ditadura teocrática fundamentalista. Segundo Diego, “a história é muito interessante. É um suspense que prende você desde o primeiro episódio. É como se no futuro as coisas tivessem dado errado e as mulheres tivessem perdido o poder de procriar. As poucas que conseguem ter filhos irão servir às pessoas socialmente importantes com o objetivo de reprodução”.

Erlane Sousa Farias
Técnica Judiciária da Coordenadoria
de Educação Corporativa - TJCE



FILME

O Aluno (The First Grader)

Um aldeão queniano de 84 anos, integrante da Revolta dos Mau-Mau (movimento durante o processo de descolonização do Quênia, em 1952), luta pelo direito de ir à escola pela primeira vez para ter a educação que nunca pôde proporcionar a si mesmo. De acordo com Erlane, o filme mostra “superação e também um pouco da história do Quênia, pois é sempre interessante ver outras culturas sendo retratadas”.